



Exposição fica patente até 9 de abril do próximo ano

Arquivo Distrital de Évora mostra documentação das visitas pastorais entre os séculos XVI e XIX

por Marina Pardal
fotos «D.S.»

A até 9 de abril do próximo ano, o Arquivo Distrital de Évora (ADE) mostra uma parte da sua documentação alusiva às visitas pastorais realizadas entre os séculos XVI e XIX.

Para iniciar esta “viagem”, importa desde logo perceber o que são as visitas pastorais. Segundo Jorge Janeiro, diretor do ADE, “eram o instrumento através do qual o poder eclesiástico procurava, de forma coerciva, garantir que a moralidade cristã era respeitada e que o culto era assegurado com o devido rigor, para o que era também necessário conferir a gestão metódica do património e das finanças de todas as entidades religiosas”.

A exposição “Visitas Pastorais: Contributos para a História Cultural, Patrimonial e Religiosa da Arquidiocese de Évora (XVI-XIX)”, que foi organizada por Maria João Barradas e Paulina Araújo, é assim “uma pequena amostra da documentação que o ADE possui relativa à função de supervisão exercida pela Igreja Católica sobre o culto e sobre os comportamentos”, explica o mesmo responsável, na nota introdutória a esta mostra.

Em declarações ao Grupo Diário do Sul, adiantou que “esta documentação fazia parte da Câmara Eclesiástica de Évora, que na prática era a entidade que fazia toda a gestão dos assuntos eclesiásticos da Arquidiocese”, esclarecendo que “essa documentação foi incorporada em 1913 no ADE”.

O diretor do Arquivo Distrital de Évora, Jorge Janeiro.



De acordo com Jorge Janeiro, “essa documentação tem várias secções e numa delas constam as visitas pastorais, que podemos chamar de inspeções”, reforçando que “foi a forma que a Igreja Católica implementou para controlar o culto e os comportamentos morais dos fiéis”.

Na sua perspetiva, “é uma documentação extremamente valiosa e interessante porque tinha a função de registo no âmbito

do controlo que a igreja fazia, mas esses registos acabaram por contribuir para que hoje possamos ter testemunhos sobre muito do património que existe ou de algum que já desapareceu”.

O diretor do ADE destacou também que “havia todo um procedimento a ser seguido nestas inspeções”, descrevendo que “fixava-se o edital, era realizada uma missa inicial para receber o visitante e a sua comitiva e

efectivavam-se as visitas aos locais de culto para verificar o grau de cumprimento das regras”.

A acrescentou ainda que, “em caso de incumprimento, eram emanadas ordens para que se corrigisse a situação”.

O mesmo responsável focou que, “além desta parte da exposição mais orientada para o controlo do culto nas igrejas, capelas ou oratórios particulares, há ainda outra dimensão, a das devassas, que tinha mais a ver com os comportamentos morais”, frisando que “esta era orientada para os fiéis no geral”.

Explicitou que “estas visavam apurar a existência e gravidade de comportamentos tidos como desviantes na comunidade por intermédio da recolha de testemunhos nas localidades visitadas”, exemplificando que

“questões como a violência doméstica, o adultério ou o mau comportamento dos clérigos eram recorrentes”.

Jorge Janeiro considerou ainda que “estas duas vertentes contribuem muito para a história cultural, mas também para a história das mentalidades porque se consegue perceber o contexto mental em que as pessoas viviam”.

A par disso, realçou “o contributo para a história patrimonial, porque incide muito sobre o património religioso e as condições em que ele estava naquela altura, bem como para história religiosa”.

A esse respeito, o diretor do ADE constatou que “conseguimos perceber como era o funcionamento da igreja e o comportamento dos padres”, reiterando que “tentavam ser padres, mas ao mesmo tempo não conseguiam deixar de ser homens”.